

Manifesto das entidades ABEPSS, ENESSO e CFESS em relação aos cursos de graduação à distância

As entidades representantes da categoria dos assistentes sociais no âmbito da formação profissional e organização estudantil, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de serviço Social (ENESSO) e de fiscalização do exercício profissional Conselho Federal de serviço Social (CFESS), reunidos por ocasião do seminário Latino Americano e Caribenho de Políticas Públicas, Questão Social e Formação Profissional, realizado na Universidade Federal Fluminense entre os dias 30 de novembro a 03 de dezembro de 2005, manifestam publicamente a sua apreensão e indignação ante o avanço da contra-reforma universitária em seu caráter de mercantilização do ensino, sobretudo a proliferação sem controle de cursos virtuais e à distância de graduação em Serviço Social.

São conhecidas as exigências postas pelas Diretrizes Curriculares, construídas coletivamente pela categoria profissional e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação/MEC, que fundamentam e direcionam o projeto pedagógico dos cursos de Serviço Social. Como exemplo pode-se citar o estágio curricular, que pressupõe a interlocução presencial entre o estagiário, o docente supervisor acadêmico e o supervisor de prática, (assistente social da instituição onde o estagiário se realiza), como definido e regulado pelo código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, não podendo, portanto, realizar-se virtualmente.

Estranhamos a facilidade com que o MEC credencia tais cursos, abrindo enorme campo de riscos e ameaças ao se lançarem na sociedade e no mercado profissionais despreparados para o cumprimento das obrigações éticas e técnicas inerentes ao exercício profissional. O aligeiramento da formação profissional não condiz com a inclusão social, ocorrendo a concretização no país da tendência mercantilista que resulta na implementação de uma educação pobre para os pobres.

Por isso, reafirmamos nossa firme posição na luta contra a contra-reforma universitária em curso e na defesa das diretrizes Curriculares e do Código de Ética Profissional. Nesse sentido conclamamos os movimentos sociais, profissionais de outras áreas e toda a sociedade a defender o ensino público, gratuito, laico de qualidade e presencial, que atenda as reais necessidades dos trabalhadores, na direção de um novo projeto societário onde as condições da emancipação humana se concretizem.